



ACADEMIA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Brasília (DF), maio/2023



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br

1



ACADEMIA

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE.....	3
2. CONTATO INSTITUCIONAL.....	3
3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	3
4. JUSTIFICATIVA.....	3
5. OBJETIVO DA PROPOSTA.....	4
6. A QUEM SE DESTINA	4
7. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
a. PORTFÓLIO DE CLIENTES.....	5
b. Áreas de Atuação	6
c. Modalidade	7
d. Plataforma Utilizada	7
e. Docentes	9
8. EVENTOS	11
9. PALESTRANTES.....	13
10. INVESTIMENTO/FORMA DE PAGAMENTO	20
11. VALIDADE DA PROPOSTA	22



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Razão Social: Academia Brasileira de Formação e Pesquisa – ABFP LTDA
Nome de Fantasia: Academia Brasileira de Formação e Pesquisa - ABFP
CNPJ: 04.808.302/0001-41
Responsável pela Instituição: Zilmar Santana de Assis – Sócio Administrador
E-mail: zilmar@abfp.com.br

2. CONTATO INSTITUCIONAL

Nome: Zilmar Santana de Assis – Diretor de Projetos
Endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F17, Edf. Palácio da Agricultura, andar 170, Asa Norte – Brasília (DF)
CEP: 70.040-908
Telefones: 61 3521-5344 – 65 99686-5383
E-mail: zilmar@abfp.com.br

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Trata-se de proposta apresentada ao **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO**, para contratação de palestrantes, em parceria com a Escola Judicial de Goiás – EJUG, para os seguintes eventos:

- **SEMINÁRIO:** II DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS: TJGO/CNJ;
- **SEMINÁRIO:** LEI 11.101/05, O INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO UMA FERRAMENTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO;
- **CONGRESSO** GOIANO DE PRECEDENTES.

4. JUSTIFICATIVA

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás busca sempre ratificar o compromisso, com a valorização e com o desenvolvimento dos servidores e magistrados nas perspectivas pessoal e profissional, acreditando ser essa a forma mais legítima para construir uma cultura organizacional, que tem a aprendizagem permanente como principal premissa do processo de crescimento profissional alinhado ao maior propósito institucional, qual seja: consolidar-se como instituição eficiente, ágil, transparente e próxima do cidadão.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

Dessa forma, a educação corporativa, mediante iniciativas de desenvolvimento e capacitação, ocupa relevante papel na promoção do constante aprimoramento profissional dos servidores e magistrados, buscando a elevação do padrão de desempenho de suas funções condição igualmente importante para melhoria dos serviços judiciários prestados à sociedade.

Assim sendo, o investimento na qualificação dos magistrados continua sendo prioridade do Tribunal de Justiça, demonstrada efetivamente nas diversas ações de capacitação realizadas pela Escola Judiciária, responsável pela gestão e condução, apoiada por instituição especializada a ser contratada.

A ação de atualização, aqui apresentada, cuja implementação é objeto desta Proposta, constitui apenas uma das estratégias viabilizadoras dos objetivos e metas definidos pelo TJGO, porém fundamental para desenvolver as competências necessárias à elevação do padrão de desempenho de suas funções e da instituição, propósito maior a ser alcançado.

5. OBJETIVO DA PROPOSTA

A Academia Brasileira de Formação e Pesquisa - ABFP tem como objetivo nesta proposta oferecer capacitação e aperfeiçoamento, na modalidade presencial e telepresencial, com alto padrão de excelência.

6. A QUEM SE DESTINA

Magistrados, em especial os novos magistrados do TJGO, servidores do Tribunal, Operadores do Direito, demais interessados no tema.

7. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Academia Brasileira de Formação e Pesquisa - ABFP é uma empresa que, há mais de vinte anos, atua na formação de pessoas e organização de processos e procedimentos administrativos. Tem como foco principal a formação e capacitação de Recursos Humanos do Setor Público e do segmento privado, além de realizar consultorias.

Realizamos congressos, seminários, workshops, cursos em todo Brasil nas modalidades presencial, telepresencial, EAD e híbrido, in-company e abertos.

Possuímos significativo diferencial competitivo em relação ao mercado, uma vez que conta com profissionais de grande experiência e formação técnica especializada, desenvolvendo atividades em órgãos públicos de destaque como





ACADEMIA

Governos de Estados, Prefeituras, Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Estadual e Federal, Autarquias Federais, Bancos Federais, dentre outros.

Os produtos disponíveis em nossa carteira abrangem um amplo leque de treinamento e formação, como congressos, seminários, workshops, palestras, cursos presenciais, telepresencial, EAD e híbridos (extensão), nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como: Direito – todos os ramos –, Administração Empresarial, Gestão Pública, Governança Pública e Privada, Controle Externo e Controle Interno (compliance).

Diante das necessidades particulares de cada órgão, a ACADEMIA elabora produtos de forma singular e customizados para atender as necessidades específicas de cada demandante. Para isso, possui quadro acadêmico de grande envergadura e multidisciplinar – doutores, acadêmicos e profissionais de mercado – o que possibilita desenvolver programas de treinamento e formação avançada customizados.

O Tribunal de Contas da União – TCU, em diversos julgados, tem explicitado a necessidade de se promover capacitação dos servidores públicos. Destaca-se que esse setor, enfrenta significativa dificuldade na capacitação de seus servidores, o que se traduz em prejuízos aos gestores e às comunidades atendidas. Diante disso, a ACADEMIA se especializou em desenvolver ações voltadas à capacitação do corpo técnico dos entes públicos de modo a garantir maior qualidade na prestação de serviços.

Na área de consultoria, realizamos nos diversos seguimentos, mas destacamos a reforma administrativa e legislação de pessoal, constitucionalidade, implantação da Lei 14.133 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Lei Geral de Proteção de Dados.

a. PORTFÓLIO DE CLIENTES

- Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
- ATEXP – Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá
- Banco da Amazônia SA
- Banco do Brasil SA
- Banco do Nordeste SA
- Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro
- Caixa Econômica Federal
- Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá – CTMAC
- Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
- Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

- Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio de Janeiro
- Conselho Federal de Enfermagem
- Conselho Federal de Química
- Conselho Federal de Medicina
- Conselho Federal de Nutrição
- Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo - CIOESTE
- Fundação Milton Campos
- Governo do Distrito Federal-DF
- Governo do Estado de Pernambuco
- Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso
- Prefeitura Municipal de Araucária-PR
- Prefeitura Municipal de Macapá-AP
- Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT
- Prefeitura Municipal de Senador Canedo-GO
- Prefeitura Municipal de Sinop-MT
- Prefeitura Municipal do Oiapoque-AP
- Procuradoria do Estado de Goiás
- Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro
- Procuradoria Geral do Município de Maceió
- Senado Federal
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
- Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
- Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
- Tribunal Regional do Trabalho de Goiás
- Tribunal Regional Trabalho Ceará
- Tribunal Regional Trabalho Maranhão
- Tribunal Regional Trabalho Rio Grande do Norte

b. Áreas de Atuação

Conforme se constata no portfólio de clientes descritos no item `a` supra e documentos anexados a presente proposta, atuamos nas diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo produtos customizados e singulares para atender as demandas dos mais diversos públicos, tanto na realização de cursos de extensão, quanto nas consultorias técnicas.

A academia se especializou no atendimento de demandas customizadas nas áreas do Direito (Administrativo, civil, constitucional, trabalhista, empresarial



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

etc.), nos seus diversos ramos e Gestão pública (Governança nas esferas federal, estadual e municipal) e nas demais áreas do conhecimento, mediante customização.

c. Modalidade

- i. Cursos de extensão customizados
- ii. Presencial
- iii. Telepresencial
- iv. EAD
- v. Híbridos
- vi. Workshops
- vii. Seminários
- viii. Congressos

d. Plataforma Utilizada

Plataforma própria, customizada, com ambiente integrado e automatizado voltado para gestão educacional, nas modalidades presencial, telepresencial, híbrido e EAD. Possui dispositivo de gestão por parte de parceiros, o que possibilita que o demandante possa fazer a gestão dos eventos a serem realizados.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



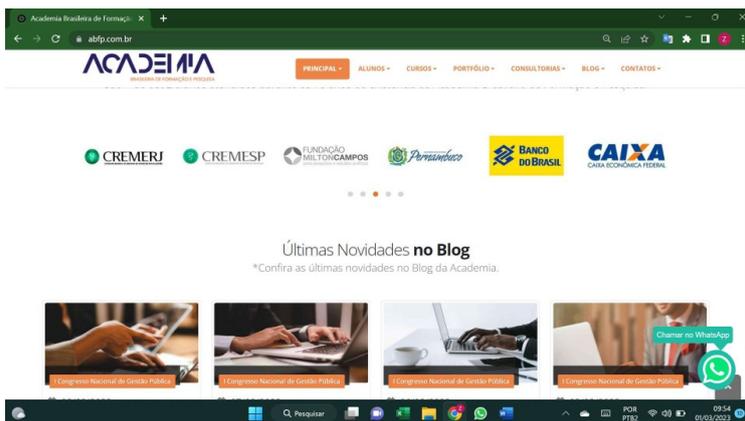
ACADEMIA



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



e. Docentes

A academia Brasileira de Formação e Pesquisa – ABFP se destaca pela qualidade do seu corpo docente. Conforme descritos no nosso site abfp.com.br e nos folders dos diversos cursos e eventos já realizados, em anexo, são palestrantes e professores, ministros das altas cortes brasileiras (STF, STJ, TCU e TST), Doutores e profissionais com ampla e reconhecida atuação em sua respectiva área de formação. Esse é um aspecto fundamental dos programas desenvolvido pela ACADEMIA, uma vez que permite expor, analisar e discutir com os estudantes as formas e aplicação prática do ferramental teórico apresentado em cada um dos cursos e programas.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



8. EVENTOS

a) SEMINÁRIO: II DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS: TJGO/CNJ

- Data: 29/5/2023
- Modalidade: Presencial e Telepresencial (ao vivo)
- Horário 9:00 h às 13:00 h

- Corregedor Nacional de Justiça Ministro Luís Felipe Salomão
Palestra: Atuação da corregedoria nacional de justiça

- Conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho (**on-line**)
Palestra: Benefícios e novos desafios trazidos pela PDPJ.

- Conselheiro João Paulo Santos Schoucair
Palestra: A Segurança Institucional e o Combate às Organizações Criminosas na Perspectiva do Conselho Nacional de Justiça



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

- Conselheiro Marcello Terto e Silva
Palestra: Poder Judiciário e Federação: Algumas Respostas Oferecidas pelo Sistema para o Acesso à Justiça
- Conselheiro Marcio Luiz Coelho de Freitas
Palestra: Julgamento com Perspectiva de Gênero
- Conselheiro Marcos Vinicius Jardim Rodrigues
Palestra: As inovações na Política Nacional de Solução Adequada de Conflitos
- Conselheiro Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia
Palestra: O Papel das Agências Reguladoras e o Aumento das Demandas Judiciais
- Conselheiro Mauro Pereira Martins
Palestra: Audiências de Custódia
- Conselheiro Richard Pae Kim
Palestra: Políticas Judiciárias no Âmbito da Judicialização da Saúde e da Infância e Juventude

b) CONGRESSO GOIANO DE PRECEDENTES.

- Data: 01 e 02 de junho de 2023
- 01 de junho das 08:30 h às 17:00 h
- 02 de junho das 8:00 h às 12:50 h
- Carga horária: horas aula

Ministra Laurita Vaz (STJ)

Palestra: Precedentes Judiciais no Direito Penal

Ministro Marco Aurélio Bellizze (STJ)

Palestra: Arguição de Relevância no Recurso Especial.

Ministro Rogério Schietti (STJ)

Palestra: Precedentes cíveis e criminais, diálogo entre os mesmos, pontos em comum e diferenças.

c) SEMINÁRIO LEI 11.101/05, O INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO UMA FERRAMENTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

Coordenação Científica: Ministro Luís Felipe Salomão, Corregedor Nacional de Justiça

- Local: TJGO
- Data: 16/06/2023 (sexta-feira)
- Horário: 9:00 às 13:00 h
- Modalidade: Presencial com transmissão ao vivo.

Expositores:

Ministro Luís Felipe Salomão
Conselheiro do CNJ Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Conselheiro do CNMP Daniel Carnio Costa

9. PALESTRANTES



jurídicos, além de palestrante no Brasil e no Exterior.

LUÍS FELIPE SALOMÃO - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi Promotor de Justiça, Juiz de Direito e Desembargador. É professor Emérito da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro e da Escola Paulista da Magistratura. Professor honoris causa da Escola Superior da Advocacia - RJ. É professor universitário, autor de diversos artigos e livros



Justiça (desde 2021); Consultor Legislativo do Senado Federal, licenciado (desde 2004). Advogado, licenciado (desde 2002).

LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO

Doutorando em Direito pela Universidade de Salamanca, Espanha (desde 2018); Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2004); Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2002);



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR

Promotor de Justiça do Ministério Público;
Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Segurança Pública, Justiça e Cidadania – Agosto 2019;
Pós-Graduação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Ciências Criminais – outubro 2008
Graduado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Direito – Novembro 2002; Harvard

Kennedy School, Boston, EUA – A better use of our courts: debates on plea bargaining and anticorruption practices – Abril 2019; Università Degli Studi di Roma Tor Vergata, Roma Itáli – Lotta al crimine organizzato – Maio 2015; American University, Washington DC, EUA – Seminar oh High Legal Capacity for Judges – Novembro 2013.



MARCELLO TERTO E SILVA – Conselheiro do CNJ, procurador do Estado de Goiás, Advogado, Pós-Graduação *latu sensu* em Advocacia Pública – Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE) – Belo Horizonte/MG. IGC- *Ius Gentium Conimbrigae* – Centro de Direitos Humano da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra | Portugal – AVM Faculdade Integrada (2014) Pós-Graduação *latu sensu* em Direito Civil e Processual

Civil – Grupo Atame – Goiânia/GO (2009) Pós-Graduação *latu sensu* “Ordem Jurídica e Ministério Público” – Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT) – Brasília/DF (2002). Centro de Ensino Unificado de Brasília – Faculdade de Direito – Brasília/DF (1995 – 1999)



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

Doutorando em Direito e Estado – Transformações na Ordem Social e econômica e regulação pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília/DF (2017). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Manaus/AM (2011 – 2013). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus/AM (1993 – 1996).

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (biênio 2021-2023); Juiz Federal Titular da 9ª Vara do Distrito Federal desde 2014.



MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Mestrando em Direito Constitucional – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Pós-Graduando/MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Pós-graduado em Direito Público, pela Faculdade Integrada de Pernambuco – FACIPE em 2003. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Acre em 1999.



MÁRIO HENRIQUE AGUIAR GOULART RIBEIRO NUNES MAIA

Graduado em Direito
Mestrando em políticas públicas pela ISOSP Universidade de Lisboa
Mestrando em hermenêutica jurídica IDP Brasília
Pós-graduado em filosofia do direito puc-mg
Pós-graduando em direito público e direito processual pela puc-mg.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



MAURO PEREIRA MARTINS

Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, com dissertação defendida em 17/12/2004 sob o título “A posse na perspectiva do direito civil constitucional” – 2005

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – 1990



RICHARD PAE KIM - Bacharel em Direito pela

Universidade de São Paulo – USP, 1990.

Mestrado em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo – USP, 1997.

Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP, 2002.

Pós-doutorado em Políticas Públicas, Administração e Sistemas Educacionais pela Universidade de Campinas – UNICAMP/SP, 2010.
Funções Atuais



Laurita Hilário Vaz - Formação Acadêmica

Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Goiânia, 1976. Curso de Especialização em Direito Penal e Direito Agrário, ambos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. Funções Atuais Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 26/6/2001. Membro da Corte Especial. Membro da Terceira Seção. Presidente da Sexta Turma, para o período de 3/10/2021 a 2/10/2023. Membro do Conselho de Administração.

Participação em Publicações Jurídicas:

Prefácio na reedição do livro Direito Pena Brasileiro, de Galdino Siqueira, Editora do Senado Federal, 2003. Apresentação do livro Temas de Direito Penal e Direito Processual Penal, de Eneida Orbage de Britto Taquary e Arnaldo Siqueira de Lima, Editora Brasília Jurídica, 2005.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

Artigo Inovações Jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça em Matéria Previdenciária, publicado no livro Direito da Previdência e Assistência Social: elementos para uma compreensão interdisciplinar, Editora Conceito Editorial, 2009.

Artigo O Papel da Mulher no Poder Judiciário e no Cenário Brasileiro, publicado na Revista Justiça & Cidadania, Edição n. 175, em março de 2015.

Participação em matéria publicada na Revista Observatório Feminino, sobre o tema A Presença Feminina no Poder Judiciário, Edição n. 3, 2016.

Entrevista à Revista Fomento Comercial, Factoring & Securitização, Edição n. 101, período agosto e setembro de 2016.

Entrevista à Revista Justiça & Cidadania, Edição n. 193, em setembro de 2016.

Artigo Pena Após Segundo Grau, publicado no Jornal "O Popular", de Goiânia, em 13 de outubro de 2016.

Entrevista à Revista Eletrônica da Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Edição n. 6, período março a junho de 2017.

Entrevista à Revista Anuário da Justiça Brasil – 2018, Edição n. 12, em dezembro de 2018.

Apresentação da obra coletiva Estudos de Direito Processual e Tributário em Homenagem ao Ministro Teori Zavascki, Editora D' Plácido, em abril de 2018.

Entrevista à Revista Cartório Contemporâneo, Edição n. 1, período janeiro a julho de 2018.

Artigo Os 30 Anos da Constituição e da Criação do STJ: retrospecto, avanços e desafios, publicado na Revista do Superior Tribunal de Justiça, Edição Comemorativa dos 30 anos do STJ, em maio de 2019.

Prefácio do livro Feminicídio: controvérsias e aspectos práticos, de Francisco Dirceu Barros e Renee do Ó Souza, Editora JH Mizuno, 2019.

Prefácio do livro Os Avanços e Desafios dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil: as contribuições da ABMCJ (Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica), 2019.

Entrevista à Revista Anuário da Justiça Brasil – 2019, Edição n. 13, em dezembro de 2019.



Marco Aurélio Bellizze - Ministro do STJ, Mestrado em Direito - Universidade Estácio de Sá, área de concentração o "Estado, Direito e Justiça", de julho de 2001 a outubro de 2003. Graduação em Direito - Faculdades Integradas Estácio de Sá, atual Universidade Estácio de Sá, 1985. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - MBA em Gestão e Planejamento Estratégico - Fundação Getúlio Vargas- FGV/EPGE/EBAPE/RJ, de abril a dezembro de 2005. Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE 2005 - Escola Superior de Guerra, Ministério da Defesa, de março a dezembro de 2005.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

Professor: Fundação Getúlio Vargas/RJ e Coordenador Acadêmico da FGV/Conhecimento.

Livros Publicados:

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Abuso de poder nas eleições: a inefetividade da ação de investigação judicial eleitoral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio; CASTRO MENDES, Aluísio Gonçalves de; ARRUDA ALVIM, Teresa; XAVIER CABRAL, Trícia Navarro (coord.). Execução civil: novas tendências - Estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. Indaiatuba: Foco, 2022.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Marco Antonio; DELFINO CABRAL, Thiago Dias (coord.). Processo Civil Empresarial. São Paulo: Juspodivm, 2022.

Artigos Publicados:

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Revisão crítica sobre os pressupostos da fraude à execução na legislação brasileira. In: BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio; CASTRO MENDES, Aluísio Gonçalves de; ARRUDA ALVIM, Teresa; XAVIER CABRAL, Trícia Navarro (coord.). Execução civil: novas tendências - Estudos em homenagem ao professor Arruda Alvim. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 107-135.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Ação autônoma de exibição de documentos: comentários ao julgamento do Recurso Especial n. 1.803.251/SC. In: BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Marco Antonio; DELFINO CABRAL, Thiago Dias (coord.). Processo Civil Empresarial. São Paulo: Juspodivm, 2022, p. 355-366.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. O papel da autonomia privada no condomínio edilício: uma homenagem ao Professor Sylvio Capanema de Souza. In: ANDRADE, André Gustavo; GAULIA, Cristina Tereza; NEVES, José Roberto de Castro; MELO, Marco Aurélio Bezerra (org.) Lições de direito imobiliário: homenagem a Sylvio Capanema. Rio de Janeiro: GZ, 2021, p. 427-435.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Penhora de quotas de sociedade de responsabilidade limitada em recuperação judicial: uma análise do projeto de lei n. 10.220/2018. In: WAISBERG, Ivo; BEZERRA FILHO, Manoel Justino (coord.). Transformações no direito de insolvência: estudos sob a perspectiva da reforma da lei n. 11.101/2005. São Paulo: Quartier Latin, 2021, p. 319-354.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Os requisitos do IRDR: entre o procedimento-modelo e a causa-piloto. In: MELO PORTO, José Roberto; CASTRO MENDES, Aluísio Gonçalves de (coord.). Incidente de resolução de demandas repetitivas: panorama e perspectivas. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Salvador: Juspodivm, 2020, p. 45-102.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. O nome da pessoa natural na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: SALOMÃO, Luis Felipe;



PLATAFORMA ELETRÔNICA

abfp.com.br



ACADEMIA

TARTUCE, Flávio (org.). Diálogos entre a doutrina e a jurisprudência. Rio de Janeiro: Atlas, 2020, v.2, p. 107-163.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio; [et. al.]. Os princípios norteadores da proteção de dados pessoais no Brasil e sua otimização pela Lei 13.709/2018. In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: suas repercussões no Direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 53-83.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Questões polêmicas sobre a prescrição. In: SALOMÃO, Luis Felipe; TARTUCE, Flávio (org.). Direito Civil: diálogos entre a doutrina e a jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2018, p. 123-166.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Reflexões sobre o crime de roubo qualificado pelo resultado. Revista de Direito Renovar, n. 37, jan.- abr. 2007, p. 88-98.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. O livramento condicional à luz do princípio da dignidade da pessoa humana: uma visão substancialista. In: ANDRADE, André Gustavo Corrêa de (org.). A constitucionalização do direito: a Constituição como locus da hermenêutica jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 447-454.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Direito Civil Contemporâneo: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais, de Otavio Luiz Rodrigues Jr. Revista de Direito do Consumidor, v. 29, n. 127, jan-fev. 2020, p. 499-505.

MENDONÇA MANES, Humberto de (coord.). Comentários aos Verbetes Sumulares do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2006.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Correção de Rumos. Jornal O Globo. 1º Caderno, Rio de Janeiro: Editora Rio, página 16, em 15 de junho de 2002.

BELLIZZE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Pena de prisão: alternativas. Boletim Informativo ADV- Advocacia Dinâmica, v. 17, n. 39, 26 de set. 1997, p. 509-510.



Rogério Schietti Machado Cruz Doutor e Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Largo do São Francisco. Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor dos cursos de Doutorado e Mestrado da UniNove. Professor de Direito Penal e Processual na Pós-Graduação do Damásio Educacional. Autor de dezenas de artigos e livros jurídicos, com destaque para: Processo penal pensado e aplicado - Brasília Jurídica - 2004, A Proibição de Dupla Persecução Penal - Juspodivm - 2022 (2ª edição), Garantias Processuais nos recursos criminais - Atlas - 2013 (2ª edição), Prisão cautelar: dramas, princípios e alternativas - Juspodivm - 2022 (7ª edição).



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA



Juiz titular da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo; Graduado em Direito pela USP; Mestre pela FADISP; Mestre em Direito Comparado pela Samford University/EUA; Doutor em Direito pela PUC/SP; Estágio pós-doutoral na Universidade de Paris 1 - Panthéon/Sorbonne;

Professor do departamento de Direito Comercial da PUC/SP; Professor titular do mestrado e doutorado da Universidade Nove de Julho/SP; Consultor do Banco Mundial para treinamento de magistrados na África (Angola, Moçambique e Cabo Verde); Presidente do Comitê Judicial do International Insolvency Institute (III); Professor do Global Insolvency Practice Course da INSOL INTERNATIONAL; Eleito o jurista do ano de 2018 pela Ordem dos Economistas do Brasil; Membro da comissão de juristas que elaborou a reforma da Lei de Falências e Recuperações Judiciais; Membro do Grupo de Trabalho sobre Insolvência Empresarial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Titular de cadeira na Academia Paulista de Magistrados e também na Academia Paulista de Direito; Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior.

10. INVESTIMENTO/FORMA DE PAGAMENTO

VALOR PARA A PRESENTE PROPOSTA: - R\$ 473.000,00 (Quatrocentos e setenta e três mil reais), referente a contratação dos palestrantes descritos no item 9 supra, para proferirem 15 palestras, valor médio por palestrante – R\$ 31.533,00 (trinta e um mil e quinhentos e trinta e três reais), incluído despesas com honorários, passagens aéreas, hospedagens, alimentação, encargos tributários e previdenciários.

sendo:

- **SEMINÁRIO: II DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS: TJGO/CNJ** – R\$ 254.400,00 (Duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais). Relativo à 9 (nove) palestras e demais despesas operacionais)
- **CONGRESSO GOIANO DE PRECEDENTES** – R\$ 104.800,00 (cento e quatro mil e oitocentos reais). Relativo a 3 (três) palestras e demais despesas operacionais.



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



ACADEMIA

- **SEMINÁRIO LEI 11.101/05, O INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO UMA FERRAMENTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO – R\$ 113.800,00** (cento e treze mil e oitocentos reais). Relativo a 3 (três) palestras, coordenação científica e demais despesas operacionais.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO

Item	Evento	Quantidade de palestrantes	Custo Honorários dos	Custo Operacional	Total por evento
1	SEMINÁRIO: II DIÁLOGOS SOBRE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS: TJGO/CNJ	9	R\$ 19.100,00 Valor médio dos honorários dos palestrantes	R\$ 2.115,00 valor estimado das despesas com passagens, traslado, alimentação,	R\$ 254.400,00
	CUSTO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO.				R\$ 84.970,00
2	CONGRESSO GOIANO DE PRECEDENTES	3	R\$ 24.360,00 Valor médio dos honorários dos palestrantes	R\$ 2.800,00 valor estimado das despesas com passagens, traslado, alimentação,	R\$ 104.800,00
	CUSTO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO.				R\$ 43.750,00
	SEMINÁRIO LEI 11.101/05, O INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO UMA FERRAMENTA DE REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO	3	R\$ 26.240,00 Valor médio dos honorários dos palestrantes	R\$ 2.134,00 valor estimado das despesas com passagens, traslado, alimentação,	R\$ 113.800,00
	CUSTO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO.				R\$ 35.744,00

SERVIÇOS INCLUSOS NO VALOR:

- **DO PALESTRANTE**
 - Honorários dos palestrantes;
 - Passagem, hospedagem, traslado e alimentação dos palestrantes e pessoal de apoio operacional;
- **DAS OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS**



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br



- Encargos tributários e previdenciários do palestrante e pessoal de apoio operacional;

- **FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal de prestação de serviço (DANF), mediante crédito em conta - **Banco SICCOB (756) – Agência: 5004 – Conta: 1.042.368-0.**

11. VALIDADE DA PROPOSTA

Esta proposta tem validade por 20 (vinte) dias.

ANEXOS:

- Contrato Social
- Documentos pessoais sócio Administrador
- Contratos de serviços prestados
- Certidão de Regularidade Fiscal
- Parecer jurídico – Inexigibilidade
- Ato Declaratório de Inexigibilidade
- Atestados de Capacidade Técnica
- Notas de Empenho
- Notas Fiscais

Brasília (DF), 04 de maio de 2023.

ZILMAR
SANTANA DE
ASSIS:36466557
120

Assinado de forma
digital por ZILMAR
SANTANA DE
ASSIS:36466557120
Dados: 2023.05.16
16:58:50 -03'00'

ZILMAR SANTANA DE ASSIS
Diretor de Projetos



PLATAFORMA ELETRÔNICA
abfp.com.br

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 677570690858 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202305000409968 (Evento nº 8)

LEIA SOARES BUENO

DIRETOR (A) DE SERVIÇO

SETOR DE CUSTEIO E INFRAESTRUTURA - EJUG

Assinatura CONFIRMADA em 16/05/2023 às 18:53

